



José Miguel Dinis Teixeira

**O Comportamento das Caixas de Crédito Agrícola
Mútuo no Sistema Bancário Português, com
especial atenção à Crise Financeira de 2009**

Relatório de Estágio orientado por:
Professor Doutor João Alberto Sousa Andrade

Julho, 2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

José Miguel Dinis Teixeira

O Comportamento das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo no Sistema Bancário Português, com especial atenção à Crise Financeira de 2009

Relatório de Estágio do Mestrado em Economia, na especialidade de Economia Industrial,
apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para Obtenção do grau
de Mestre

Orientador: Professor Doutor João Alberto Sousa Andrade

Entidade de Acolhimento: Caixa de Crédito Agrícola Douro, Corgo e Tâmega

Supervisor Profissional: Dr.^a Ana Correia

Julho de 2015

Coimbra

Agradecimentos

Ao ver chegar o final deste ciclo, o meu mais sincero agradecimento a quem sempre me acompanhou e apoiou.

À minha família, em particular, à minha avó e aos meus pais porque sem eles não seria possível chegar até aqui, por todo o amor e carinho oferecido.

A todos os colaboradores da CCAM DCT pela forma como me integraram e me transmitiram conhecimentos, em especial, à Dr.^a Ana Correia por toda a disponibilidade e paciência.

Ao meu orientador, Professor João Sousa Andrade, pelas suas sugestões, linhas de orientação e disponibilidade demonstrada ao longo do semestre.

À Professora Adelaide Duarte, que desde o início se disponibilizou a ajudar-me num momento de incerteza quanto à continuidade no Mestrado.

A todos os meus amigos, em especial aqueles que estiveram sempre do meu lado. Com eles partilhei bons e maus momentos que me ajudaram a amadurecer e a sentir Coimbra de uma forma única.

A Coimbra.

Resumo

A proliferação da crise financeira de 2009 teve impactos nefastos nos balanços das instituições financeiras mundiais que acabaram por se refletir na deterioração da economia. Neste contexto, este trabalho procura refletir sobre a bibliografia dos efeitos da crise nas principais atividades dos bancos no sistema bancário internacional e, tendo em conta o exemplo do Crédito Agrícola, caracterizar as instituições especializadas no setor rural e o papel do crédito no apoio à agricultura.

O presente relatório visa também descrever o período de estágio curricular realizado no departamento comercial da sede administrativa da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Douro, Corgo e Tâmega.

Começa por apresentar a entidade de acolhimento, seguido do enquadramento do estágio e da enumeração das principais tarefas desenvolvidas. Por fim, é efetuado o estudo de caso como forma de análise do comportamento das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo nos últimos anos. Estas entidades, ao contrário da maior parte dos bancos portugueses, detinham à entrada da crise um elevado montante de recursos próprios, provenientes da política vigente de captação de depósitos. Apesar destas características, a dinâmica na concessão de crédito não foi suficiente para evitar a contração dos empréstimos durante o período de crise.

Palavras-chave: Crédito Agrícola; Crise Financeira; Terceiro Setor; *Credit Crunch*

Classificação JEL: D63, E51, G21.

Abstract

The 2009 financial crisis proliferation had a huge impact on the balance sheet of world's financial institutions, which ended up deteriorating the global economy. This project reflects on the effects that the crisis has been having on the general bank activities and the role that credit plays on the agriculture, taking as an example the Crédito Agrícola bank.

This report also describes the four months spent as an intern at the administration office at Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Douro, Corgo e Tâmega, in the commercial department.

It begins by presenting the host entity, followed by the internship framework and a list of the main tasks developed throughout the internship. Finally, this case study intends to analyze the behavior of CCAM in the last years. The CCAM held its own financial resources at the entrance to the financial crisis from the current policy of attracting deposits unlike most Portuguese banks. Nevertheless, this dynamic was not enough to avoid the contraction of the loans during this crisis period.

Key words: Agricultural Credit; Financial Crisis; Third Sector; Credit Crunch

JEL classification: D63, E51, G21.

Lista de Siglas

ANDC- Associação Nacional de Direito ao Crédito

APB- Associação Portuguesa de Bancos

CA- Crédito Agrícola

CCAM- Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

CCAM DCT- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro, Corgo e Tâmega

FENACAM- Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

INE- Instituto Nacional de Estatística

MG- Montepio Geral

NUTS- Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PIB- Produto Interno Bruto

SICAM- Sistema Integrado de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

SNF- Sociedades Não Financeiras

TPAs- Terminais de Pagamento Automático

UE- União Europeia

Índice

1.	Introdução.....	1
2.	Enquadramento Histórico e Legal das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	2
	2.1. Retrospectiva Histórica	2
	2.2. A Filosofia do Terceiro Setor	5
	2.3. Terceiro Setor hoje em Portugal e na União Europeia.....	8
	2.4. Evolução Recente do Grupo Crédito Agrícola.....	11
3.	Revisão de Literatura.....	13
	3.1. O Papel do Crédito no Setor Rural	14
	3.2. A Concessão de Crédito no Contexto da Crise Financeira	17
4.	Estudo Aplicado	21
	4.1. Apresentação da Entidade de Acolhimento.....	21
	4.2. Enquadramento do Estágio Curricular	23
	4.3. Tarefas Desenvolvidas	23
	4.4. Análise de Dados.....	27
	4.4.1. Sistema Bancário Português.....	28
	4.4.2. SICAM	30
	4.4.3. CCAM DCT	33
	4.4.4. População Empregada.....	35
5.	Conclusão	37
	Lista de Referências Bibliográficas	39

Índice de Figuras

Figura 1: Organograma do Grupo Crédito Agrícola.....	5
Figura 2: Localização dos Balcões da CCAM DCT.....	22
Figura 3: Evolução do Rácio de Transformação e PIB Nominal	28
Figura 4: Evolução do Montante Total de Crédito e Depósitos	29
Figura 5: Evolução do Rácio de Transformação do SICAM e PIB Nominal.....	31
Figura 6: Evolução do montante total de Crédito Concedido pelas CCAM e pelo Sistema Bancário Português.....	31
Figura 7: Evolução do Rácio de Transformação da CCAM DCT e Distrito de Vila Real..	33
Figura 8: Evolução do Rácio de Transformação da CCAM DCT e PIB Nominal da Zona Norte.....	34
Figura 9: Evolução do Rácio da soma Crédito e Depósitos do total da Banca e das CCAM, pelo respetivo número de colaboradores.	36

Índice de Quadros

Quadro 1: Balanço do SICAM em 2013.....	13
Quadro 2: Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no Bloco 1, 1998 – 2014.....	30
Quadro 3: Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no Bloco 2, 2002 – 2013.....	32
Quadro 4: Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no Bloco 3, 2004 – 2014.....	35

1. Introdução

O Banco Crédito Agrícola, criado em 1911, na condição atual de um dos principais grupos bancários a atuar em Portugal, revela características diferenciadoras face à maior parte dos concorrentes como é o caso dos valores intrínsecos à sua fundação de cooperativismo e mutualismo.

A sua extensão enquanto banco de base regional traduz-se nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM), unidades dotadas de autonomia que procuram delinear a estratégia adequando-a às localidades em que se inserem. Esta estratégia é alinhada pelas orientações padrão e coordenação dos objetivos por parte da Federação Nacional do Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM) e da Caixa Central.

Ao longo deste relatório expomos a importância das CCAM e de que modo se relacionaram com a crise financeira de 2009. A génese do Crédito Agrícola, baseada em soluções direcionadas para o setor rural, como a concessão de crédito apenas destinado a fins agrícolas e a relação de proximidade com os seus clientes, confere-lhe uma imagem de confiança junto dos seus clientes e associados.

Será que esta imagem se tornou uma vantagem competitiva durante a crise? O que aconteceu às principais atividades das CCAM nos últimos anos e quais as alterações ocorridas com a crise? A contração repentina na concessão de crédito que caracterizou o período de recessão económica foi acompanhado por estas instituições ou elas funcionaram como um *buffer*¹ de oferta mantendo o fluxo de crédito? (Alexandre et al., 2009).

Este trabalho tem como objetivo responder a estas questões de forma a descrever o papel das CCAM nos circuitos financeiros e perspetivar o futuro destas entidades.

Enquanto estagiário durante aproximadamente quatro meses, e da posse do conhecimento adquirido num contexto mais prático, procuramos também refletir e identificar pontos fortes e eventuais lacunas na relação de recolha de poupança e de concessão de crédito por parte da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro, Corgo e Tâmega.

O presente relatório encontra-se dividido em 5 secções de estudo. Após a introdução do estudo em causa na secção 1, a secção 2 destina-se ao enquadramento histórico da entidade de acolhimento no âmbito do sistema bancário nacional e das

¹ O significado deste termo em Português é almofada.

caraterísticas que estão na origem destas instituições. Em seguida, na secção 3, irá ser analisada alguma da bibliografia existente com o objetivo de compreender as especificidades do crédito ao setor rural e o impacto da crise financeira na oferta e procura de crédito por parte dos bancos, famílias e empresas. A secção 4 pretende descrever o período de estágio, em particular as atividades desenvolvidas e formação adquirida. Ainda nesta secção será efetuada a análise dos dados recolhidos acerca da evolução de algumas das atividades desenvolvidas pelas CCAM no contexto da crise e do sistema bancário nacional. Finalmente, na secção 5, realizar-se-á um balanço da informação analisada ao longo do relatório e das principais conclusões a reter.

2. Enquadramento Histórico e Legal das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

Nesta secção é apresentado um enquadramento histórico do aparecimento das CCAM até ao contexto atual, assim como uma reflexão da origem do terceiro setor e dos princípios que o norteiam, no âmbito da União Europeia e Portugal.

2.1. Retrospectiva Histórica

A origem histórica das CCAM remonta à Santa Casa da misericórdia e aos celeiros comuns, fundados no reinado de D. Manuel I em 1498 e D. Sebastião em 1576, respetivamente. Os primeiros celeiros comuns tinham como funções o armazenamento de cereais durante épocas de colheita excedentárias e conceder crédito de sementes de cereais a pequenos agricultores em operações de juro fixo (5%), em que o reembolso era pago em géneros. Em 1700, foram criados novos celeiros comuns, maioritariamente ligados a empresários particulares e que visavam a valorização dos investimentos dos seus proprietários. O século XVIII fica marcado pela desorganização política e social com a revolução francesa, acentuando as dificuldades sentidas pelos agricultores. Os juros cada vez mais elevados, colheitas deficitárias e movimentos migratórios levaram às sucessivas falências dos celeiros que perduraram até à implantação da República.²

Mouzinho da Silveira em 1832, enquanto Ministro da Fazenda, foi um dos impulsionadores do movimento liberal em Portugal, que facilitou o desenvolvimento da agricultura. Durante o seu mandato Mouzinho da Silveira decretou o fim das prestações e

² Para mais detalhes, veja-se Valério (2007) e Vasconcelos e Sousa et al. (2012).

impostos sobre a terra e o seu rendimento, distribuiu terrenos menos produtivos pertencentes à coroa e confiscou várias propriedades rurais sobre o domínio da Igreja, (FENACAM, 2011).³

Em 1852, o dinheiro substituiu os géneros no reembolso dos empréstimos e o crescente interesse pela agricultura conduziu a um apoio mais específico e estável. Em 1866/67, com Andrade Corvo como Ministro dos Negócios Estrangeiros, são previstas as cooperativas de crédito e os bancos distritais de Crédito Agrícola são criados para conceder empréstimos aos agricultores e associados, assim como receber depósitos com o pagamento de juros. Os sindicatos agrícolas surgiram na lei a 5 de Julho de 1894 com o objetivo de facilitar a aquisição de materiais, animais e máquinas.

As CCAM são oficialmente estabelecidas na Lei de 1 de Março de 1911, pelo Ministro do Fomento em funções, Brito Camacho. No decreto ficaram definidas ao pormenor as características base como a natureza associativa, cooperativa e mutualista das Caixas. Por esta altura as Caixas Agrícolas eram vistas como instrumento de apoio às populações rurais mais pobres, com menos acesso ao crédito.

As principais condições e funções para a criação das Caixas eram:

- a captação de depósitos apenas locais;
- a limitação dos empréstimos aos associados para fins agrícolas;
- a limitação da autonomia de atuação normalmente coincidente com o concelho;
- a necessidade de recrutar funcionários e sócios exclusivamente da zona de influência da instituição;
- e a obrigatoriedade de ligação a um sindicato agrícola.

O Estado além de regulador era também o principal financiador, sendo o Crédito Agrícola o único meio de canalização dos fundos públicos para a dinamização agrícola. A Lei n.º 215 de 1914 reafirma os objetivos e funções das Caixas com aspetos inovadores como adicionar às operações de Crédito Agrícola o desconto de garantias (valores mobiliários), o alargamento do prazo dos empréstimos e fundamentalmente a clarificação dos regimes de responsabilidade das Caixas, em que os fundos próprios não podiam ser distribuídos pelos associados, (FENACAM, 2011).

³A referência FENACAM (2011) corresponde ao Livro comemorativo do Centenário do Crédito Agrícola “100 Anos do Crédito Agrícola 1911-2011”.

A entrada de Oliveira Salazar no governo, como Ministro das Finanças em 1928, marca o início de um período de estagnação nas atividades das Caixas. Com a sua entrada, as Caixas passaram a ser tuteladas pela Caixa Geral de Depósitos. O protecionismo económico que marcou o Estado Novo e a concentração de poder no Estado inibiram a dinâmica e autonomia das Caixas até então conseguidas. Entre 1930 e 1974, foram encerradas 30 Caixas agrícolas justificadas pela falta de atividade ou por decisão da administração.

As transformações políticas ocorridas após o 25 de Abril de 1974 culminaram no aparecimento da FENACAM, em 1978, como sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, visando o apoio e a representação das Caixas.

A década de 1980 caracterizou-se pelo crescimento acelerado das atividades destas instituições. Em 1980, as Caixas representavam 9% do total de crédito concedido ao setor agrícola em Portugal e 53% em 1989, (FENACAM, 2011). A 17 de Junho de 1982, no Decreto-Lei 231/82, considera-se a plena Integração das CCAM, no Regime Geral das Instituições de Crédito e das Cooperativas, dotando-as de autonomia de gestão na sua expressão regional e sujeitas apenas à supervisão e regulação do Ministério das Finanças e do Banco de Portugal. Com este novo regime termina a tutela formal da Caixa Geral de Depósitos e ficava definida como finalidade das Caixas, suportar despesas que visam o aumento do bem-estar dos seus associados. A Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, criada em 1984, torna-se responsável pela coordenação, regulação e orientação da estratégia financeira das CCAM.

Em 1991 foi criado o Sistema Integrado de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), reconhecido como entidade jurídica e institucional, composto pelo conjunto das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

Nos anos 90 as Caixas Agrícolas foram autorizadas a realizar operações de crédito com não associados e a desenvolver outras atividades como a emissão e gestão de meios de pagamento. Como forma de expansão e adaptação à realidade competitiva do mercado, os responsáveis do Crédito Agrícola iniciaram a criação de várias empresas especializadas nas áreas dos Seguros, Corretagem, Fundos de Investimentos e Aluguer de Longa Duração.

intermédio de Charles Dunoyer, um economista liberal francês. Segundo Caeiro (2008), “O conceito de economia social deriva da terminologia francesa, e remonta às práticas de solidariedade interclassistas enquanto reação às transformações económicas e sociais da revolução industrial influenciada pelo pensamento dos socialistas utópicos do século XIX.” Este conceito está na origem de determinadas formas de organização como as associações, as cooperativas e as mutualidades.

Entende-se por socialismo utópico, a linha de pensamento seguida por algumas personalidades do século XIX na Europa, como Marcel Mauss, Joseph Proudhon e Saint-Simon, que pretendiam um sistema económico mais justo e solidário. Esta designação foi atribuída pelos seus opositores, os chamados “socialistas científicos”, (Araújo, 2002).

A filosofia do terceiro setor está presente em quase todos os países e é atualmente motivo de controvérsia e debate acerca da sua importância e âmbito de aplicação.

Com maior ênfase na segunda metade do século XX, o terceiro setor estruturou-se em torno de um sentido de orientação empreendedor para responder ao aparecimento de problemas de exclusão social e desemprego, (Santos, 2012).

Para perceber o aparecimento do terceiro setor importa definir o primeiro e segundo setores. Manolescu e Oliveira (2012) consideram que o Primeiro setor é o Estado, como setor de carácter público exercendo atividades, em princípio, a favor do bem-estar dos cidadãos. Definem como Segundo setor o privado, formado por organizações particulares que exercem atividades privadas em função do benefício próprio.

Salomon e Anheier (1997) designam por terceiro setor as organizações formais sem fins lucrativos e não-governamentais, de gestão autónoma e baseadas nos valores e crenças de seus membros. O terceiro setor é uma junção dos objetivos do setor estatal e do setor privado com fins públicos, cujos programas procuram proporcionar à sociedade e aos seus utilizadores uma melhoria na qualidade de vida sem a restrição de incentivos de carácter meramente individual. Devemos considerar no terceiro setor, “...as diferentes entidades privadas sem fins lucrativos, cujo produto é a solução dos problemas sociais”, (Caeiro, 2008).

A filosofia do terceiro setor apareceu para complementar e auxiliar a resolução de problemas sociais. O crescente peso e importância do terceiro setor na economia traduz a dificuldade dos governos em responderem a necessidades essenciais da população e de contribuírem para o bem-estar social, (Manolescu e Oliveira, 2012).

De acordo com Salomon e Anheier (1996) e Liz (2010), as instituições do terceiro setor distinguem-se de outras instituições sociais através de algumas características estruturais, tais como:

- o seu objetivo consistir em servir as necessidades dos seus membros, procurando também corresponder a necessidades de interesse público;

- a filiação estar aberta a todos aqueles que correspondam aos critérios e aceitem as condições, sem caráter obrigatório;

- apresentar uma forma institucional, com regras e procedimentos estabelecidos;

- ser de natureza privada, sem ligação institucional a governos;

- realizar a sua própria gestão, através de processos democráticos;

- a criação de lucro ou excedentes financeiros deve ser reinvestida integralmente no desenvolvimento das atividades da instituição.

Carlos Costa, Governador do Banco de Portugal, chamou a atenção em 2013 para o risco da longa história que as instituições do terceiro setor possam ter, as rotinas acumuladas e a inadaptação à realidade como fatores que põem em causa a continuidade das atividades desenvolvidas por estas entidades. Carlos Costa lembra ainda que apenas as instituições do terceiro setor eficientes e capazes de gerar excedentes necessários à expansão das suas atividades conseguem assegurar a sua sustentabilidade.

A filosofia do terceiro setor faz parte do nosso quotidiano e está presente nos vários setores da economia, mas o futuro destas instituições deve passar por uma gestão profissional e responsável, sem perder de vista a orientação para o aumento do bem-estar dos seus membros, filiados ou clientes.

Motchane (2000, *apud* Liz 2010, p. 9) fez um comentário satírico face à dimensão e importância do terceiro setor na economia: “O que há de comum entre o *Crédit Agricole*, banco que gera cerca de um trilião de francos via 15,5 milhões de contas, e o *Théâtre du Soleil*, de Ariane Mnouchkine, com um elenco de 49 pessoas? Nada, a não ser pertencerem a um mesmo campo, o da «economia social»”.⁵

O terceiro setor não é naturalmente limitado e o seu alargamento a um maior número de cidadãos e economias será uma mais-valia crescente no futuro das nações.

⁵ Retirado da revista trimestral *Dirigir* de Janeiro, Fevereiro e Março de 2010, páginas 9-17.

2.3. Terceiro Setor hoje em Portugal e na União Europeia

A constituição do que é hoje a União Europeia (UE) e o início do mercado interno despertaram a atenção dos decisores políticos europeus para a importância do terceiro setor. Este passou a ser encarado não só como instrumento de apoio a um mercado europeu sem fronteiras, mas também como solução ao aparecimento de desequilíbrios sociais, (Liz, 2010).

Ainda que de forma pouco explícita, a sensibilização para o conceito de terceiro setor, ficou mencionado no Tratado de Maastricht. Neste tratado é referida a importância da cooperação entre a Comunidade Europeia, associações de solidariedade e fundações enquanto instituições responsáveis pela providência de serviços sociais.

O artigo 3º das disposições comuns do tratado consolidado da UE⁶, assinado em Lisboa em 2007, pelos 27 Estados-Membros, revela os principais objetivos face às políticas a adotar de carácter social, relativos ao terceiro setor. A UE passa a ter na sequência do tratado como principais objetivos, assegurar o progresso e a proteção social, o combate à exclusão social e discriminação, o controle do impacto dos ciclos económicos e ainda o pleno emprego para os países membros onde se inclui Portugal.

Atualmente, embora não fazendo parte do quadro institucional da UE, o designado “*Social Economy Europe*”, representa a nível europeu o terceiro setor. Este organismo promove o debate permanente de políticas europeias que sejam do interesse comum dos vários intervenientes do terceiro setor. Com base em dados disponíveis na plataforma do Centro de Informação Europeia Jacques Delors (Eurocid), em 2013, o terceiro setor era responsável pela remuneração de cerca de 14,5 milhões de trabalhadores, ou seja, aproximadamente 6,5% da população ativa da UE a 27 países. Este setor abrange cerca de 2 milhões de pequenas e médias empresas presentes em praticamente todos os setores da economia, representando cerca de 10% do total das empresas europeias.

Do ponto de vista social, o terceiro setor além da importância económica na UE, deve também deve ser encarado como mecanismo de reforço da consciência social, sobretudo neste período de austeridade.

Dois países onde o movimento mutualista e cooperativo foi considerável foram a Alemanha e a Áustria. Na Alemanha, no século XIX por intermédio de Friedrich Raiffeisen, surgiu a primeira entidade de crédito ao setor rural para combater a grave crise

⁶ Consultado em 25/04/2015, http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/index_pt.htm.

económica e social da época onde a escassez de alimentos era um problema devastador. A criação das cooperativas de Raiffeisen, à semelhança de outras cooperativas, tinha como princípios a solidariedade dos associados, o controlo democrático e a não distribuição de dividendos. Estas instituições tinham como principais funções a concessão de montantes reduzidos de crédito a populações rurais pobres, que não tinham outra forma de aceder ao crédito e contavam em grande parte com trabalho e generosidade de voluntários para o seu funcionamento. Em consonância com o que aconteceu em Portugal com as CCAM, a evolução e crescimento das cooperativas Raiffeisen levou à criação de uma organização central para prestar apoio e coordenar estas instituições. Atualmente o Raiffeisen Bank enquanto rede financeira, conta com cerca de 1.000 bancos cooperativos espalhados por todo o território alemão e mais de 19.000 balcões onde os valores cooperativos, o conhecimento específico das regiões, a transparência e a satisfação das necessidades da população são os principais objetivos a atingir. Atualmente o setor cooperativo alemão é um dos mais sólidos do mundo, quer pelo controlo interno, quer pela supervisão e auditoria eficiente realizada pelo governo, (Costa, 2014).

No caso Austríaco, a sua geografia caracterizada por conjuntos montanhosos dificulta o cultivo e conseqüentemente o desenvolvimento da agricultura. Estas limitações podem ter inibido o aparecimento de uma instituição originalmente austríaca para o apoio ao setor rural. A solução encontrada foi a adoção do modelo Raiffeisen Bank que é neste momento o maior grupo financeiro do país.

No contexto do aparecimento da filosofia do terceiro setor em Portugal, importa realçar António Sérgio, como importante pensador do seu tempo (1883-1969) e dinamizador do papel social e político, (Martins, 2004). António Sérgio foi influenciado por Joseph Proudhon, Alexandre Herculano e Antero de Quental. Este reformador de ideal socialista defendia a democracia cooperativa para a plena realização social e cultural dos portugueses. Araújo (2002) resumiu a importância do seu projeto: “Neste contexto, na sua intervenção cultural, o pensamento Sergiano está vivo e confronta-se com o tempo presente, quer na sua proposta para um humanismo ético, pela superação dos egoísmos em prol do bem comum, quer pelo aprofundamento dos ideais da democracia”.

Em Portugal os princípios associativos, cooperativos e mutualistas do terceiro setor como referido anteriormente estão ligados à criação da Santa Casa da Misericórdia e dos celeiros comuns (Santos, 2012).

No século XIX, com Mouzinho da Silveira e as reformas impostas à igreja, assim como das influências socialistas de Antero de Quental e Alexandre Herculano, verifica-se uma maior abertura a outros setores da economia da filosofia do terceiro setor.

O século XX fica marcado pelo regime do Estado Novo, onde a maior parte das instituições de apoio social tinham por base a ideologia religiosa da época e não existiam incentivos ao desenvolvimento de instituições do terceiro setor. Após a revolução de Abril, o número de entidades deste setor aumentou, principalmente o número de cooperativas.

Recentemente, as bases gerais do regime jurídico do terceiro setor foram aprovadas em Diário da República, pelo Decreto n.º 58/2013 de 8 de Maio. Nele são explícitas as entidades que integram o terceiro setor e as medidas de incentivo às suas atividades.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2013, 55 mil organizações, empregavam com contrato cerca de 260 mil pessoas, com um contributo para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional de 2,8%. Se contabilizarmos o trabalho voluntário, o contributo do terceiro setor para o PIB seria cerca de 3,8%. O terceiro setor conta com cerca de um milhão de pessoas, que realizam trabalho voluntário para além do seu emprego habitual, sendo uma grande parte voluntários com formação superior. Em Portugal o emprego no terceiro setor correspondia a cerca de 5% do emprego total, contribuindo para a absorção do desemprego e conseqüente crescimento da economia portuguesa (Costa, 2013).⁷

As CCAM têm na sua origem valores vinculados de entreatajuda, solidariedade e apoio às comunidades agrícolas, com autonomia de gestão na sua expressão local e que se inserem nos pilares do terceiro setor. As atividades desenvolvidas pelas CCAM têm como objetivo contribuir para o desenvolvimento económico e promoção das regiões através da criação de emprego e da melhoria do nível de vida das comunidades locais. As exigências de competitividade levaram à necessidade de ajustamento do Crédito Agrícola à realidade e conjuntura atuais, talvez com algum prejuízo das raízes cooperativas e mutualistas.

Dentro do sistema bancário nacional e do terceiro setor, importa referir também o Banco Mutualista Montepio Geral. Nos últimos anos o Montepio suscitou a preocupação do Banco de Portugal para uma possível má conduta de gestão. A auditoria efetuada ao Montepio, iniciada em 2014 e promovida pelo Banco de Portugal é justificada pela

⁷Pode ser consultado na Página do Banco de Portugal,
<https://www.bportugal.pt/ptPT/OBancoeoEurosistema/IntervencoesPublicas>.

excessiva dependência do Banco Montepio (Caixa Económica) em relação à Associação Mutualista Montepio Geral, ambas lideradas por Tomás Correia. A preocupação do Banco de Portugal acresce devido à vocação social e mutualista do Banco Montepio e das possíveis semelhanças com o modelo de governação que conduziu à queda, no verão de 2014, do Banco Espírito Santo. Como medida de atuação e para facilitar a supervisão das Caixas Económicas por parte do Banco de Portugal, encontra-se em curso um novo regime jurídico que visa a separação da atividade bancária das entidades que representam os acionistas.

No contexto da atual crise financeira e económica, o debate relativo ao terceiro setor ganha relevância face a períodos de prosperidade económica. A capacidade de oferecer respostas inovadoras às necessidades sociais, conjugando rentabilidade e solidariedade, pode revelar um papel importante na gestão e superação da crise atual.

Em suma, é de esperar que as entidades integrantes do terceiro setor contribuam para melhorar as condições de vida dos cidadãos, em especial aqueles com maiores dificuldades económicas.

2.4. Evolução Recente do Grupo Crédito Agrícola

O Grupo CA tem como missão colocar à disposição produtos e serviços adequados às necessidades dos seus clientes e associados, através de um conhecimento profundo das realidades locais.

O carácter de banco cooperativo do Grupo CA é sustentado num organismo central controlado por processos democráticos e pela autonomia local das Caixas. O objetivo principal não é à maximização do lucro, mas sim promover o bem-estar dos clientes e associados, seguindo orientações de longo prazo com um perfil de risco moderado, em que os associados são simultaneamente fornecedores de fundos e clientes de crédito (Lagoa e Pina, 2013).

A prática da chamada “banca de proximidade” pelas CCAM é caracterizada pela aproximação junto dos clientes com um elevado número de balcões, não só nas zonas mais urbanas mas sobretudo junto das populações rurais. Outras características como a solidariedade, a cooperação com as comunidades locais e a qualidade dos serviços prestados, representam a relação de confiança entre banco e clientes. Esta prática revelou-se um fator de resiliência para atenuar os efeitos da crise financeira, (Lagoa e Pina, 2013).

Desde 1986 como política de reorganização do Grupo ocorreram fusões entre Caixas. Estas fusões foram justificadas pela necessidade de aproveitamento de economias de escala, redução de elevados custos operacionais, recuperação de Caixas em risco de insolvência e redução de assimetrias entre Caixas sem levar a uma concentração excessiva. Entre 1994 e 2002, o número de Caixas diminuiu, contrastando com o aumento de balcões e empregados. Em 1995 cerca de 75% do crédito concedido ao setor agrícola, tinha a sua origem nas CCAM. Cabo (2003) conclui, que imediatamente após a fusão as Caixas de menor dimensão verificam um crescimento, o que pode confirmar a hipótese de aproveitamento de economias de escala. Entre 2005 e 2009, o período de análise do estudo de Coelho (2011), conclui-se que “...o Crédito Agrícola evidenciou claramente uma maior cobertura de riscos e de capacidade para absorção de perdas, relativamente aos restantes bancos incluídos na análise efetuada”. Os bancos incluídos na análise da autora eram os principais bancos existentes no sistema bancário português.

Após o início da crise financeira, um dos processos de reforma imposto pela Caixa Central, foi a diminuição da concentração excessiva de poder nos Presidentes das Caixas. Esta reforma foi feita através da implementação de um organograma padrão para todas as Caixas. Este organograma padrão prevê a existência de uma assembleia geral, conselho executivo, conselho fiscal, conselho de crédito e auditoria interna, (Lagoa e Pina, 2013). O Grupo nos últimos anos procurou adaptar-se às dificuldades sentidas no seio da conjuntura provocada pela crise aproximando-se da realidade urbana. Esta aproximação só foi possível através da inovação e promoção de novos produtos e serviços especializados. Atualmente, sem perder de vista a base regional e o conceito de “banca de proximidade”, o Grupo considera como características prioritárias o relacionamento e o grau de satisfação dos clientes e associados, o apoio ao desenvolvimento local nas várias dimensões e a acessibilidade dos seus serviços ao maior número de empresas e particulares para dar continuidade ao crescimento em curso.⁸ Podemos dizer que o aspeto de empresa bancária se tem vindo a reforçar.

⁸ Para mais detalhes, consulte-se o Relatório de Sustentabilidade 2013 do Crédito Agrícola.

Quadro 1: Balanço do SICAM em 2013

Balanço do SICAM						
Unidade: milhões de euros, excepto %						
	2010 Dez.	2011 Dez.	2012 Dez.	2013 Dez.	Δ Abs.	Δ %
Activo Líquido	13.213	13.027	13.747	12.968	-779	-5,7%
Crédito a Clientes (líquido)	8.069	7.988	7.717	7.492	-225	-2,9%
Aplicações em IC e Bancos Centrais	437	618	620	495	-125	-20,2%
Activos Financeiros	3.820	3.508	4.372	3.908	-464	-10,6%
Passivo	12.187	11.973	12.649	11.863	-786	-6,2%
Recursos de Clientes	9.989	9.884	10.178	10.210	32	0,3%
Recursos de OIC e Bancos Centrais	1.878	1.785	2.148	1.363	-785	-36,5%
Situação Líquida	1.026	1.054	1.098	1.105	7,5	0,7%
Rácio de Transformação (%)	86,2%	86,9%	82,2%	80,3%	- 2,1 p.p.	

Fonte: Relatório e Contas CA, 2013.

No final do ano de 2013, segundo dados da Associação Portuguesa da Bancos (APB), o conjunto das CCAM eram o oitavo banco com maior expressão no sistema bancário nacional, representando cerca de 3% do total do ativo e 2,9% do total do passivo. Como podemos ver no Quadro 1, o montante de crédito como componente principal do ativo viu em 2013 o seu valor reduzir-se face a 2012 em 2,9%. Do lado do passivo, em 2013, os Depósitos que perfazem cerca de 86% do seu passivo total, aumentaram o seu valor em 0,3% face a 2012. Desde o início da crise, que o montante de depósitos de clientes supera o montante do crédito a clientes, o que confere ao Crédito Agrícola uma maior capacidade de financiamento interno.

3. Revisão de Literatura

Esta secção tem como objetivo salientar a importância do crédito na sociedade, mais especificamente no setor rural, descrevendo também quais as reações que aconteceram no mercado quanto à procura e oferta de crédito aquando da crise financeira de 2009.

3.1. O Papel do Crédito no Setor Rural

Desde a Revolução Industrial, com todas as inovações e transformações introduzidas e aperfeiçoadas até aos dias de hoje, que se observou o declínio da população ativa inserida no setor primário contrastando com a terciarização da economia. Com o envelhecimento da população nacional e a tendência incremental de desertificação de algumas zonas interiores do país tradicionalmente associadas à agricultura, o papel da concessão de crédito no setor rural pode revelar-se um fator relevante na criação de matéria-prima e postos de trabalho, que contribuem para a dinamização regional e desenvolvimento económico do nosso país. A relação entre o desenvolvimento das atividades dos bancos nomeadamente o aumento da concessão de crédito com o crescimento económico tem vindo a ser debatida e estudada por vários autores.

No estudo de Levine e Zervos (1996), que procura compreender a relação entre crescimento económico e o desenvolvimento das atividades financeiras, os resultados indicam que o desenvolvimento das atividades dos bancos é positivo e fortemente correlacionado com as taxas futuras de crescimento económico, o aumento da produtividade e a acumulação de capital.

O papel do crédito na sociedade, ainda que visto por muitos como uma perspetiva pessimista de endividamento das famílias e empresas, e como tal um fator condicionante face ao consumo futuro, considera-se indissociável do desenvolvimento e crescimento económico das principais atividades nos países desenvolvidos.

Os mercados de crédito, ao contrário de outros, são caracterizados por problemas em particular de imperfeições de mercado, como é o caso da falta de informação disponível que se traduz nos fenómenos de Seleção Adversa e Risco Moral. Assumindo que o devedor é detentor de mais informação sobre o projeto a financiar do que o credor, o devedor poderá proceder a iniciativas de risco mais elevadas do que anunciado previamente à realização do contrato, o que traduz o risco moral. A falta de informação dos credores, neste caso os intermediários bancários, acabam por conduzir a uma possível escolha errónea dos projetos a financiar que representa a seleção adversa. O risco de clientes e projetos, a existência de poder de mercado e o risco de contágio ou falência dos bancos são também problemas recorrentes associados ao sistema bancário.

Swinnen e Gow (1999) estudam os problemas no acesso ao financiamento destinado à agricultura em economias que se encontravam em transição de países da

Europa Central e Oriental. Os autores concluem que a existência de instituições especializadas de apoio à agricultura podem acrescentar vantagens face a outras instituições de crédito. Estas vantagens são conseguidas através do conhecimento profundo das regiões e das atividades agrícolas desenvolvidas, reduzindo assim as assimetrias de informação e estimulando a procura e oferta de crédito. Contudo, a ocorrência de perdas abruptas na agricultura podem determinar o fracasso destas instituições.

Em alguns países asiáticos, o sucesso de programas de crédito no setor rural por parte de cooperativas deveu-se à elevada taxa de reembolso dos devedores, e principalmente à redução dos custos de transação e dos riscos junto dos pequenos agricultores. O sucesso destas instituições no caso asiático não seria possível sem uma base institucional sólida, estudo constante das alterações e mudanças das regiões onde se inserem, e da elevada capacidade de captação de poupanças através de depósitos. Na Indonésia, como exemplo de sucesso do programa de crédito introduzido pelo banco especializado Rakyat em 1984, as principais medidas utilizadas foram as elevadas taxas de juro aplicadas ao crédito que cobriam todos os custos operacionais, elevadas taxas de juro na remuneração dos depósitos e processos administrativos e burocráticos simples, de fácil compreensão para os clientes, (Yaron e Benjamin, 1997).

A falta de incentivos e apoios por parte dos governos resultam muitas das vezes na criação de organizações especializadas que asseguram a continuidade das atividades agrícolas. As particularidades do setor rural, nomeadamente da agricultura, motivam a necessidade da existência de instituições capazes de apoiar e incentivar a utilização de linhas de crédito como intermediário do desenvolvimento e crescimento dos agricultores.

Owusu-antwi e Antwi (2010) identificam determinadas características associadas ao setor rural, como é o caso de populações pouco numerosas e com falta de conhecimento para avaliar os seus projetos. Os autores defendem que o lucro reduzido associado às atividades agrícolas é o principal fator que restringe as operações de crédito. Estes problemas dificultam a procura e oferta de crédito, quer pela incapacidade de reembolso dos devedores, quer pelos custos elevados em monitorar a devida aplicação dos empréstimos concedidos pelos bancos.

A agricultura tem associada às suas atividades uma necessidade de investimento inicial para financiar os fatores de produção, que justificam a necessidade constante de acesso ao crédito. Estas atividades são influenciadas por variáveis voláteis, difíceis de

medir e controlar, como o desfasamento de tempo entre a plantação e colheita ou as alterações climáticas. Estas variáveis tornam o retorno e o lucro da agricultura difícil de quantificar e condicionam o acesso ao crédito.⁹

A existência de cooperativas ou mutualidades de expressão local estão associadas ao desenvolvimento regional e agrícola assim como à melhoria da qualidade de vida da população, funcionando também como mecanismo de proteção e mitigação do risco face a situações de adversidade económica. Estas instituições funcionam como motor na criação de novas unidades de negócio, aumento da produção agrícola e geradoras de postos de trabalho que resultam na promoção e desenvolvimento das regiões onde estão inseridas. A eficácia destas entidades depende do envolvimento das comunidades locais, da relação de confiança e unificação de esforços por parte dos sócios, em que todos ficam a ganhar, não só os cooperados e mutualistas, mas beneficiando também a comunidade em geral. A modernização e crescimento da agricultura tem um impacto imediato no território em que se insere, na medida em que é uma atividade localizada e os fatores de produção requerem a dinâmica de empresas de outros setores.

Em 1998, foi fundada em Portugal a primeira entidade de microcrédito, a Associação Nacional de Direito ao Crédito. Esta solução de financiamento veio dar resposta às necessidades de desenvolvimento de pequenos negócios em vários setores de atividade que de outra forma não poderiam ser apoiados. Esta associação tem como objetivo apoiar pequenos empresários, trabalhadores em regime precário, desempregados ou jovens à procura do primeiro emprego até um limite de 20.000 euros, através de parcerias com várias instituições financeiras e com o Instituto do Emprego e Formação Profissional. As entidades de apoio ao microcrédito não exigem garantias como colateral, o que as distingue de outras instituições de crédito. Segundo o presidente da ANDC em 2013, a importância do microcrédito tem vindo a aumentar, financiando novos projetos.¹⁰ Mais recentemente e ainda no âmbito do microcrédito foi criada em 2012, a Micre, associação sem fins lucrativos e que procura financiar projetos que estimulam a inclusão social.

⁹ Veja-se, por exemplo, Stiglitz (1993).

¹⁰ Para mais detalhes consulte-se a página da Associação Nacional de Direito ao Crédito, <http://www.microcredito.com.pt/>.

As CCAM possuem um conhecimento profundo das regiões portuguesas não se restringindo apenas à agricultura. A articulação entre Caixas e estas associações de microcrédito poderá criar sinergias positivas em favor do êxito dos projetos a financiar. Para além da influência que as CCAM têm no território onde estão implementadas, se estas forem capazes de criar condições de acesso ao crédito similar ao microcrédito, as CCAM irão contribuir para a dinamização do tecido empresarial local, com influência direta na criação de postos de trabalho, redução do desemprego jovem ou mesmo da possível expansão das atividades financiadas. Esta possibilidade de aproximação das CCAM ao microcrédito seria ainda mais eficaz através de parcerias com entidades públicas responsáveis pela implementação de políticas de apoio aos desempregados e jovens, nomeadamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Instituto Português do Desporto e Juventude.

O crédito desempenha um papel importante no desenvolvimento da agricultura, pelo que o bom funcionamento dos mercados de crédito no setor rural permite corrigir as falhas de mercado associadas e estimular o crescimento económico e regional, (Duong, 2013).

3.2. A Concessão de Crédito no Contexto da Crise Financeira

No início do século XXI, principalmente nos Estados Unidos da América, assistíamos a um período de excessiva facilidade na concessão de crédito a clientes que apresentavam um risco elevado (*SubPrime*) e que de forma drástica acabaram por incorrer em situação de incumprimento. Com o acumular das situações de endividamento ao longo da década, a 15 de Setembro de 2008, deu-se a falência do Banco Lehman Brothers, um dos sinais de que a crise financeira estava instalada e que rapidamente se repercutiu por todo mundo.

Cornett et al. (2010) estudaram de que forma os bancos lidaram com o risco de liquidez durante a crise financeira, através de quatro canais. São eles a composição da carteira de ativos e a sua liquidez, os depósitos como fração da estrutura financeira total, a exposição ao financiamento decorrente de empréstimos e o capital próprio como fração da estrutura financeira total.

Durante a crise financeira, a exposição ao risco de liquidez foi a principal causa de contração da oferta de crédito e os esforços por parte dos bancos para lidar com a falta de liquidez, acabaram por contribuir para a contração de crédito, (Alexandre et al., 2009).

Em 2010, após o deflagrar da crise, foi anunciado pelo Comité de Basileia para a supervisão do sistema bancário internacional, a implementação de medidas que visavam a acumulação de capital para fazer face ao risco de liquidez (Basel III).

A necessidade de implementação de *buffers* de capital e de limites ao rácio de alavancagem justificou-se porque: "...muitos bancos evidenciavam um forte desequilíbrio na estrutura de maturidades entre ativos e passivos, com alguns bancos a dependerem excessivamente dos mercados de financiamento por grosso a muito curto prazo", (Coelho, 2011).

O *buffer* de capital contra cíclico visa absorver os riscos causados por um aumento excessivo do crédito concedido e assim evitar a instabilidade financeira e o risco de contágio aquando da ocorrência de um choque sistémico negativo. Bonfim e Monteiro (2013), realçam a importância do *buffer* de capital contra cíclico como principal ferramenta à disposição das autoridades macroprudenciais, face a períodos de recessão económica e da necessidade de perceber quando este deve ser ativado. A dificuldade na predição de crises bancárias está também associada à necessidade de um *buffer* de capital contra cíclico adaptado a cada país e circunstância. A investigação por parte de alguns autores assim como resultados apresentados pelo Comité de Basileia com o intuito de encontrar padrões que se repetem nas economias e que antecedem crises financeiras, permitem concluir que o rácio entre crédito concedido e PIB face à sua tendência de longo prazo, é um indicador consistente para prever o aparecimento de crises bancárias e sinalizar a necessidade de acumulação de capital por parte do sistema financeiro.

Antoniades (2014) considera que o *buffer* deve ter dimensão suficiente de modo a garantir a imunidade dos bancos e a sustentabilidade da concessão de crédito em períodos de contração económica, evitando o fenómeno designado por muitos autores como *credit crunch*. Gregory (2009) refere que *credit crunch* é a expressão utilizada geralmente pelos economistas para definir uma contração significativa na oferta de crédito, que reflete um aumento das restrições quanto às condições de acesso ao crédito.

Valencia (2008) desenvolveu um modelo para estudar os fenómenos de contração repentina do crédito e dos seus efeitos. Neste modelo os bancos mantêm um nível de

capital suficiente para evitar uma perda acentuada na oferta de crédito quando os bancos são afetados por pequenos choques negativos. Como principais resultados o autor diz que quando ocorrem choques negativos de grande dimensão o *credit crunch* poderá ser inevitável, mesmo com níveis elevados de fundos próprios. O modelo admite também a necessidade de fundos públicos como forma de recapitalizar os bancos em situação de crise para recuperarem a sua saúde financeira.

Em Portugal, já desde 2007, o Banco Crédito Agrícola é um dos bancos que apresenta melhores rácios de Core Tier 1¹¹ e de Solvabilidade¹², (Coelho, 2011), o que traduz a maior capacidade de absorção de perdas e cobertura do risco. Estas características durante a crise financeira permitiram uma menor dependência de financiamento externo por parte do Crédito Agrícola em comparação com os restantes bancos portugueses.

As CCAM à entrada para o período de crise, usufruíam de uma grande capacidade de liquidez, essencialmente devido à elevada captação de depósitos de clientes. Entre 2005 e 2009, o Crédito Agrícola era o único banco que apresentava um rácio de crédito concedido sobre depósitos captados abaixo dos 100%, conferindo-lhe independência face a fontes de financiamento alternativas aos depósitos para conceder crédito e uma menor necessidade de exposição aos mercados externos para se financiar como referido anteriormente. Este rácio é designado no sistema bancário por rácio de transformação e pode também ser interpretado como uma lacuna quanto à falta de dinamismo nas atividades de concessão de crédito por parte do banco quando este se encontra em valores reduzidos, ou seja, o montante de depósitos muito superior ao montante de crédito.

Os bancos que possuem uma base de depósitos estável, um maior acesso ao financiamento através de depósitos, e como tal menos dependentes do financiamento de mercados de curto-prazo, observaram uma redução menor nos empréstimos concedidos no período de recessão económica, (Ivashina e Scharfstein, 2008). Em 2010, o Banco Crédito Agrícola, através de atividades mais tradicionais e menos especulativas, era o único banco com condições financeiras para continuar a conceder crédito, pois as outras instituições deixaram de ter liquidez para o fazer, o que permitiu ao Grupo CA reforçar a imagem de solidez e confiança junto dos clientes e não clientes, (Coelho, 2011).

¹¹ Este rácio é o resultado do quociente entre os fundos próprios e os ativos ponderados pelo risco. Os ativos ponderados pelo risco são a totalidade dos ativos detidos pelo banco ponderados por risco de crédito, definidos pelo Banco de Portugal. Quanto maior este rácio, maior será a estabilidade financeira do banco.

¹² Este rácio é o resultado entre o total de fundos próprios e os ativos totais. Quanto maior este rácio, maior será a estabilidade financeira do banco.

De acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2011, “...a evolução dos agregados de crédito é consistente com o expetável no atual enquadramento económico recessivo, ou seja, a evidência disponível aponta para a ausência de restrições excessivas ou abruptas na oferta de crédito”. Apesar desta conclusão, o indicador do crédito em risco dos empréstimos totais da banca, agravou-se de 5,1% para 6,8% desde dezembro de 2010 até Setembro de 2011. O relatório chamou também a atenção para a necessidade de recapitalização das instituições financeiras de modo a reforçar a sua solidez.

As Pequenas e Médias Empresas, como representantes da maior parte do tecido empresarial em Portugal, foram aquelas que mais sofreram com a pressão junto dos bancos para reduzir o peso do crédito face aos depósitos, (Gregory, 2009; Vieira, 2013). Do lado da procura de crédito, a crise financeira teve um impacto claro sobre a alavancagem das empresas e famílias, pelo que a redução dos seus níveis de endividamento aconteceu principalmente no financiamento de curto-prazo. As empresas durante períodos de recessão económica recuam quanto aos planos de expansão, o que pode também refletir a redução da procura de crédito e a deterioração das condições financeiras dos bancos, (Ivashina e Scharfstein, 2008).

Num estudo sobre o impacto da crise financeira no financiamento das empresas portuguesas, em função da dimensão das mesmas (Pequena, média e grande), a partir de 7.244 empresas Portuguesas, com dados entre 2004 e 2011, conclui-se que as pequenas empresas são as mais afetadas no que toca às restrições no acesso ao financiamento bancário em períodos de crise (Vieira, 2013). Este autor conclui também que o aumento da dívida comercial em detrimento da dívida financeira nas empresas durante o período de crise contribuiu para a contração da procura de crédito.

Em 2011, Álvaro Pereira, Ministro da Economia e do Emprego, alertava que o grande problema da economia era a falta de financiamento das empresas portuguesas. O economista e ex-ministro defendia também que este problema se agravou devido ao endividamento excessivo do estado e das empresas públicas. Ainda em 2011 foi anunciado pelo governo em Portugal um conjunto de medidas que visavam a ajuda ao financiamento das empresas portuguesas, e deu-se início ao Programa de Assistência Económica e Financeira, concluído em Maio de 2014.

Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal de Novembro de 2014: “A situação de liquidez e de solvabilidade do setor bancário melhorou significativamente e o ajustamento observado nos restantes setores de economia refletiu-se na desalavancagem das instituições de crédito.” As medidas introduzidas pelo governo aliadas ao pedido de assistência financeira em 2011 acabaram por ditar o desendividamento das empresas e famílias portuguesas.

A precaução e a supervisão apertada por parte dos bancos quanto às suas atividades é imprescindível, num período atual onde as taxas de juro para remunerar os clientes nos depósitos e as taxas cobradas no crédito se encontram em níveis muito reduzidos. Apesar dos sinais de crescimento no primeiro trimestre de 2015 por parte da economia Portuguesa (aumento de 1,4% no PIB face ao período homólogo) e do sistema bancário Português nomeadamente quanto aos lucros, é ainda prematuro dizer que as debilidades reveladas pela banca durante a crise estão ultrapassadas.

4. Estudo Aplicado

A seguinte secção pretende descrever o período de estágio curricular decorrido durante cerca de quatro meses, na sede administrativa de uma das CCAM. Para isso começamos por apresentar a entidade de acolhimento e alguns dados relativos à região em que se insere, seguindo-se o enquadramento do estágio e as tarefas desenvolvidas. Por último, será feita a análise de dados para o período disponível, inerentes ao objetivo de caracterizar o papel das CCAM no sistema bancário português.

4.1. Apresentação da Entidade de Acolhimento

O Crédito Agrícola no concelho de Vila Real teve o seu primeiro balcão em 1927, no concelho de Santa Marta de Penaguião. A CCAM do Douro, Corgo e Tâmega, onde integrei o Estágio Curricular, é o culminar de um longo processo de fusões, que finalizou em 2009, e que integra um conjunto de 17 agências (Figura 2), algumas centenárias com sede administrativa em Vila Real. O município que concentra a maior parte dos balcões é Vila Real (9 balcões), com densidade populacional de 135,2 (nº médio de indivíduos por km²), contrastando com Montalegre (2 balcões) que apresentava apenas 12,5, em 2013.¹³

¹³ O valor da densidade populacional para Portugal em 2013 era de 113,4. Estes dados foram retirados da base de dados PORDATA, <http://www.pordata.pt/Municipios>.

623€ e os 786€. A região abrangida por esta Caixa, onde a desertificação do interior é uma realidade, fica caracterizada na segunda metade do século XX pela diminuição do peso do setor primário, e pelo aumento do peso do setor secundário principalmente na última década, (PORDATA).

4.2. Enquadramento do Estágio Curricular

O estágio decorrido entre 16 de Janeiro e 27 de Maio de 2015 foi efetuado no departamento comercial da sede administrativa da CCAM DCT, em Vila Real. Este departamento é constituído apenas por uma colaboradora, a coordenadora do departamento e supervisora do estágio curricular, Dra. Ana Correia, responsável por assegurar a prossecução dos objetivos de todos os balcões pertencentes a esta Caixa.

O departamento tem como meta principal controlar e verificar se os balcões estão a cumprir os objetivos exigidos segundo as orientações da Caixa Central, no que toca aos mais diversos produtos nas áreas de crédito, seguros ou captação de depósitos, por exemplo. Posteriormente, existem objetivos anuais definidos internamente para cada balcão da Caixa (mais exigentes do que os provenientes da Caixa Central). A interpretação e adequação das sucessivas campanhas lançadas pela Caixa Central à realidade local e dos clientes fica também ao encargo deste departamento.

Na condição de estagiário, o trabalho desenvolvido foi de apoio ao departamento comercial e às suas atividades. Comecei por uma aquisição de conhecimentos técnicos e familiarização com conceitos associados à banca, imprescindíveis à intenção de compreender o funcionamento da Caixa, seguindo-se a adaptação à plataforma informática centralizada das CCAM. Por último, desenvolvi funções numa vertente mais criativa quanto à dinâmica de captação de depósitos por parte da CCAM DCT.

4.3. Tarefas Desenvolvidas

Nestas secção vamos apresentar as tarefas desempenhadas e quais os procedimentos necessários à sua realização. Inicialmente e na primeira semana do estágio, começou-se por estudar alguns termos técnicos associados às campanhas lançadas pela Caixa Central.

Após este estudo reuniam-se condições para sintetizar a informação mais importante incluída nas campanhas para enviar posteriormente a cada um dos balcões da Caixa. Destas campanhas consta, além da duração e explicação dos produtos, os objetivos a atingir por

cada um dos balcões. A tarefa de sintetizar e filtrar apenas a informação necessária e considerada relevante para cada campanha ficou ao meu encargo ao longo do período de estágio. A renovação de campanhas acontece aproximadamente a cada cinco semanas e são promovidas pela Caixa Central mas, é o departamento comercial, o responsável pela adequação da campanha ao meio em que a CCAM DCT está inserida. No caso de algumas campanhas que são estruturalmente dirigidas para a agricultura, a Caixa tem autonomia para estendê-las a outros ramos de atividade e assim conseguir uma maior eficiência e adesão.

Como responsabilidade do departamento comercial de gerir a necessidade de aprovisionamento da Caixa em relação ao marketing, comunicação e imagem, foram-me solicitados orçamentos ao longo do estágio para eventos locais que a Caixa estava a apoiar ou campanhas de divulgação. Para desempenhar esta tarefa entrei em contacto com os responsáveis dos eventos de modo a agilizar a comunicação de quais os recursos materiais necessários e, dessa forma, orçamentar o seu valor procurando sempre que possível uma redução de custos.

Numa segunda fase, para dar continuidade ao trabalho já efetuado, procedi à elaboração de mapas apoiados na ferramenta Excel de forma a verificar se os objetivos semanais por parte dos balcões estavam a ser cumpridos e, se em caso contrário, quais as razões que motivavam este incumprimento. Ao longo desta tarefa desenvolvi e aprofundei conhecimentos da ferramenta Excel, muito importantes para a prossecução das atividades desempenhadas durante o estágio.

A irregularidade no cumprimento dos objetivos de alguns balcões da Caixa levou ao início de um processo de reestruturação e ajustamento ao nível dos recursos humanos, que motivou a tarefa seguinte. Com o objetivo de escalonar a performance individual dos colaboradores da CCAM DCT, procedeu-se à elaboração de mapas que relacionavam o colaborador, com o produto que tinha sido efetuado pelo mesmo (Depósitos, Seguros, por exemplo), acrescido do montante atingido com estes produtos, para o período de tempo solicitado.

No princípio do mês de Março procedeu-se também à execução de mapas para verificar a rentabilidade dos Terminais de Pagamento Automático (TPA) existentes, sob a responsabilidade da Caixa. Esta tarefa permitiu apurar quais os TPA's que apresentavam

rentabilidade negativa, contactando-se posteriormente os respetivos clientes a fim de renegociar as condições do contrato.

No que diz respeito aos objetivos de concessão de crédito por parte da Caixa, a tarefa incidu na pesquisa de potenciais empresas e de empresas já existentes, que se encontram à procura de apoios ou serviços para expandir a sua atividade ou mesmo internacionalizar-se. Esta tarefa permitiu-me adquirir conhecimentos face a características comuns à maior parte do tecido empresarial localizado no distrito de Vila Real.

No mês de Abril e com o objetivo de compreender se alguns clientes estariam a diminuir progressivamente o saldo das suas contas à ordem, demonstrando um possível abandono gradual enquanto clientes da Caixa, foi-me solicitado uma filtragem por balcão e cliente, dos movimentos das respetivas contas à ordem. Foi-me também solicitada uma análise e confirmação de alguns recibos referentes a transações de débito e crédito por parte destes clientes. Todos estes documentos encontram-se em base de dados no sistema informático da Caixa.

No último mês de estágio foi acrescentada às várias tarefas já desempenhadas, uma última de grande interesse, relativa à aplicação das taxas de juro para remuneração dos depósitos a prazo. Para alguns clientes que pretendem negociar a taxa de juro para remunerar os seus depósitos a prazo a uma taxa superior à autorizada pelo gerente de balcão, esta tem de ser analisada e apreciada pelo departamento comercial. Após a análise é proposta uma taxa de juro final adequada aos limites impostos pela Caixa Central e pela administração, em função das características do cliente.

A tarefa consiste em verificar o registo informatizado dos movimentos e histórico do cliente relativo aos seus depósitos a prazo e à ordem, a fim de compreender se o cliente se encontra fidelizado ou com atividade suficiente junto da Caixa que justifique o acréscimo da taxa de juro para remunerar o seu depósito a prazo. Numa primeira instância esta tarefa foi difícil de realizar devido à complexidade dos diferentes serviços utilizados pelos clientes e documentados no histórico. Contudo, esta é uma das funções mais importantes realizadas pelo departamento comercial, onde foi possível ficar a perceber o funcionamento da renegociação das taxas de juro para remunerar depósitos a prazo.

Entre 22 e 23 de Maio fui convidado a participar no XXXIII Encontro Nacional do Crédito Agrícola realizado em Ponte de Lima onde ficou vincada a vertente mutualista e cooperativa do Grupo.

Em seguida, vou apresentar alguns pontos fortes e fracos das atividades desenvolvidas pela CCAM DCT que tive oportunidade de observar durante o período de estágio.

Na primeira semana de estágio ocorreram algumas atualizações no sistema informático que complicaram algumas tarefas dos vários departamentos. Estas atualizações incluíam novas funcionalidades, onde talvez fosse necessária alguma formação adicional para agilizar a utilização destas novas características.

Um outro problema que verifiquei foi a carga excessiva de trabalho concentrada apenas na diretora comercial e supervisora do estágio curricular. Além da gestão comercial que está ao seu encargo, muitas das vezes é também da sua responsabilidade a gestão e mobilização de recursos humanos entre balcões.

Do que pude observar, considero muito importante a comunicação entre balcões e departamento comercial, que necessita de um *feedback* regular dos responsáveis de cada balcão quanto à realização dos objetivos.

Dentro dos aspetos positivos na organização do Grupo CA, devo ressaltar a existência de apoio telefónico para a resolução de problemas por parte da CA Serviços, com uma linha sempre disponível para esclarecimento de qualquer dúvida ou dificuldade que as Caixas possam encontrar.

O nível de captação de poupanças da CCAM DCT, nomeadamente depósitos a prazo, aumenta devido às satisfatórias taxas de juro que os clientes recebem. A localização geográfica dos balcões da Caixa nas regiões rurais revela claramente uma relação de grande proximidade entre balcão e cliente, onde é visível a confiança no banco, não só dos clientes provenientes de zonas rurais mas também de zonas urbanizadas.

As tarefas realizadas foram de encontro com o plano de estágio proposto pela entidade de acolhimento, porém, consegui também desenvolver algumas atividades além das previstas inicialmente, que se tornaram muito úteis na compreensão do funcionamento da Caixa.

Ao longo do meu percurso académico, em especial o carácter optativo das cadeiras de outras especializações que não a minha, inseridas no Mestrado em Economia, tornou-se crucial para desempenhar as tarefas no decorrer do estágio. Realço no contexto do estágio as disciplinas de Análise de Investimentos, Marketing Estratégico, Economia Monetária e Financeira e Economia das Instituições e Sistemas Financeiros.

4.4. Análise de Dados

O presente estudo pretende caracterizar a evolução das principais atividades das CCAM no sistema bancário português para o período de anos com dados disponíveis, que antecederam a crise e que se estendem até ao momento atual.

O objetivo desta caracterização é procurar compreender se as CCAM estão a ganhar ou a perder espaço no sistema bancário nacional e de que forma é que isso acontece.

Para proceder à seguinte análise descritiva e gráfica, optámos por reparti-la em 4 blocos. O conjunto de dados relativos ao passivo e ativo do sistema bancário português, nomeadamente crédito e depósitos foram recolhidos a partir das Estatísticas do Banco de Portugal (BPSTAT). O montante total de crédito e depósitos para o distrito de Vila Real foi igualmente obtido nas estatísticas do Banco de Portugal. Os dados dos indicadores acima referidos para o total das CCAM e para a CCAM DCT foram retirados dos respetivos Relatório e Contas, para os anos disponíveis.

No quadro das Contas Nacionais, os dados do PIB nominal foram recolhidos a partir do INE. O número de trabalhadores empregados no sistema bancário nacional foi retirado da base de dados do INE, ao passo que o número de colaboradores das CCAM encontra-se registado no balanço social produzido anualmente pela Caixa Central.

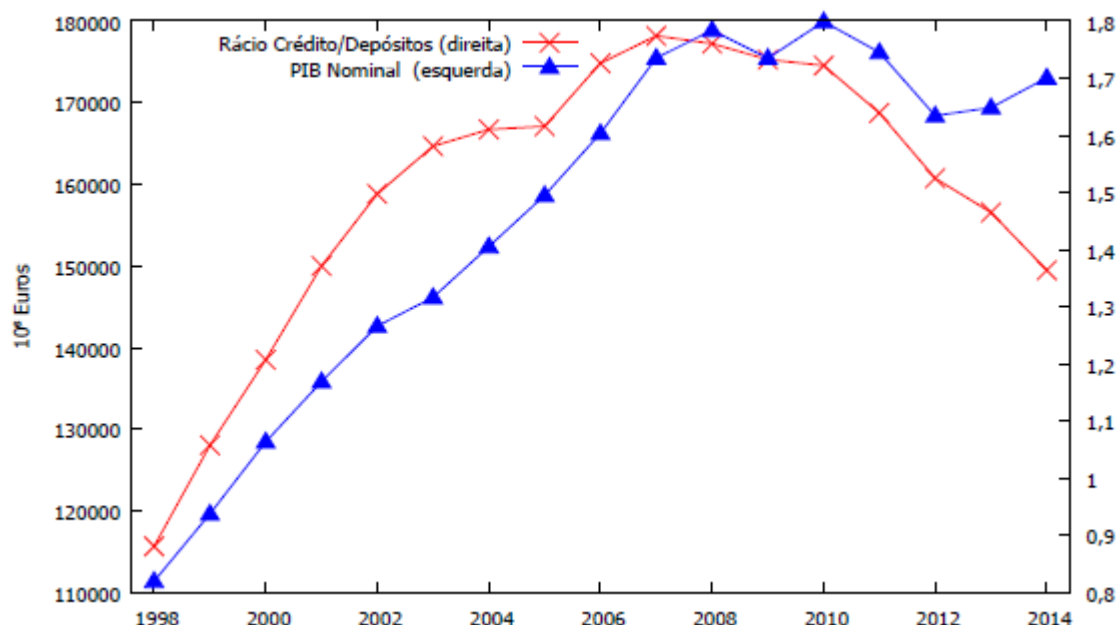
Os processos de fusão que têm vindo a ocorrer nas várias CCAM condicionaram a existência de dados para construir séries temporais do balanço de cada uma delas, como tal, tornou-se impossível fazer uma análise de natureza regional para verificar o impacto da concessão de crédito destas instituições no desenvolvimento das regiões em que estão inseridas. Verifica-se também em vários casos que os balcões das Caixas que acabaram por se fundir em muitas das regiões não estão agregados na mesma nomenclatura de unidades territoriais para fins estatísticos, logo uma análise deste tipo não iria produzir um *output* rigoroso. No caso da CCAM DCT, a sua rede de balcões está distribuída pelas NUTS Alto Trás-os-Montes, Douro e Tâmega¹⁴, coincidentes com o Distrito de Vila Real.

¹⁴ Como ilustrado na Figura 3, a CCAM DCT possui um balcão situado na NUT Tâmega, nove balcões na NUT Douro, e sete balcões na NUT Alto Trás-os-Montes, em linha com a distribuição geográfica nacional por NUTS III.

4.4.1. Sistema Bancário Português

Os dados utilizados nesta análise são o montante total expresso em 10^6 Euros dos depósitos captados, crédito concedido e PIB nominal. Os dados dos empréstimos englobam a soma dos empréstimos a sociedades não financeiras e particulares, por parte dos bancos. De igual forma, os depósitos no sistema bancário dizem respeito à soma dos depósitos captados de sociedades não financeiras e particulares. A seguinte análise pretende responder se desde 1998 até 2014 o crescimento da economia portuguesa foi acompanhado pelo crescimento das principais atividades dos bancos, nomeadamente do crédito e depósitos, traduzindo o aumento do investimento e da poupança, respetivamente.

Figura 3: Evolução do Rácio de Transformação e PIB Nominal

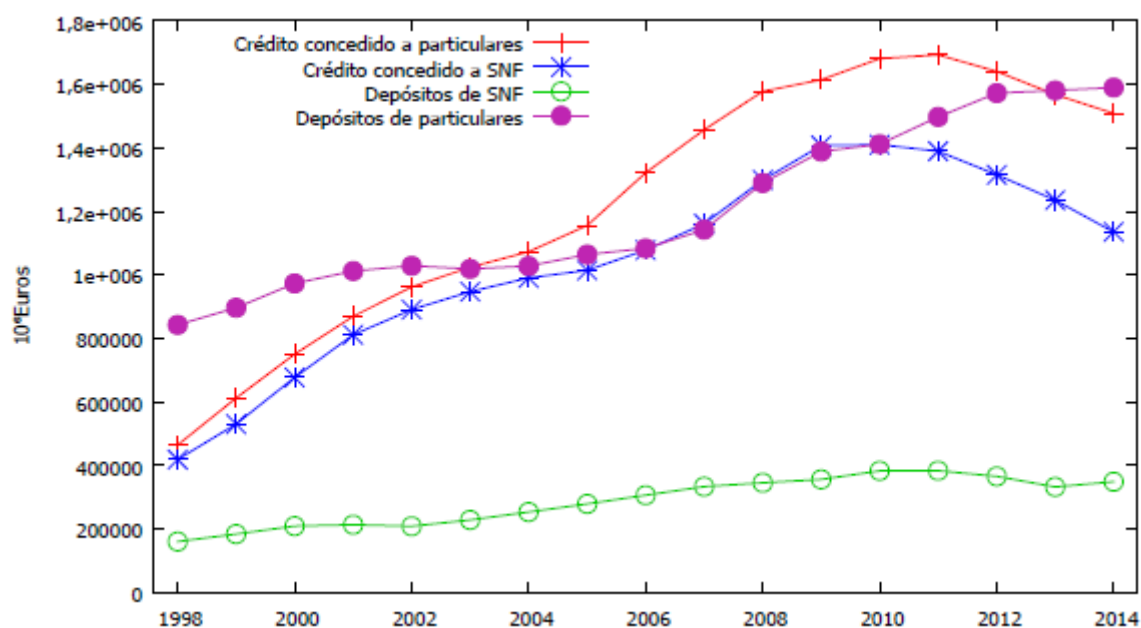


Fonte: Elaboração própria com dados a partir das estatísticas do Banco de Portugal.

Na Figura 3 podemos verificar que a tendência do comportamento do PIB nominal e do rácio de transformação é crescente até 2007, o que traduz um período de expansão da economia portuguesa e sobretudo de investimento. Em 2010, a diminuição acentuada do rácio é principalmente motivada pela contração do montante de crédito concedido no total do sistema bancário. Apesar desta diminuição, o montante de crédito concedido permanece superior ao montante de depósitos captados, mantendo-se o rácio superior a 1.

Podemos então dizer que o desenvolvimento das atividades dos bancos em Portugal, nomeadamente crédito e depósitos acompanhou o crescimento do PIB, até 2007, (Levine e Zervos, 1996). Durante a crise financeira, e com efeitos desde 2008 como podemos ver (Figura 3), o risco de liquidez e a desalavancagem dos bancos, empresas e famílias acabou por ditar a evolução do rácio de transformação no circuito financeiro português, (Alexandre et al., 2009).

Figura 4: Evolução do Montante Total de Crédito e Depósitos



Fonte: Elaboração própria com dados a partir das estatísticas do Banco de Portugal.

O montante de crédito concedido pelos bancos a SNF foi sempre superior ao montante de depósitos captados de SNF de acordo com a Figura 4. O montante de depósitos captados de SNF, apesar da tendência crescente, pouco se alterou ao longo do período analisado em relação ao montante de crédito concedido a SNF. No caso dos particulares o crédito concedido face aos depósitos captados foi inferior desde 1998 até 2003, situação esta que se inverteu até 2013. Esta situação inverteu-se devido ao aumento significativo do endividamento das famílias face ao aumento da captação de poupanças junto dos particulares, durante este período. Na figura 4 observa-se o *crunch* na concessão de crédito a particulares e SNF no sistema bancário nacional, como expectável para o período de crise financeira.

Quadro 2: Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no Bloco 1, 1998 – 2014

Variável	Média	Desvio Padrão	C.V.	Taxa Média de Cresc. (%)
C_D	1,50	0,26	0,17	2,57
PIB_Nominal	1,56e+05	2,20e+04	0,14	2,59
C_part	1,23e+06	4,01e+05	0,32	6,93
C_SNF	1,04e+06	3,02e+05	0,29	5,87
D_SNF	2,87e+05	7,50e+04	0,26	4,57
D_part	1,20e+06	2,55e+05	0,21	3,74

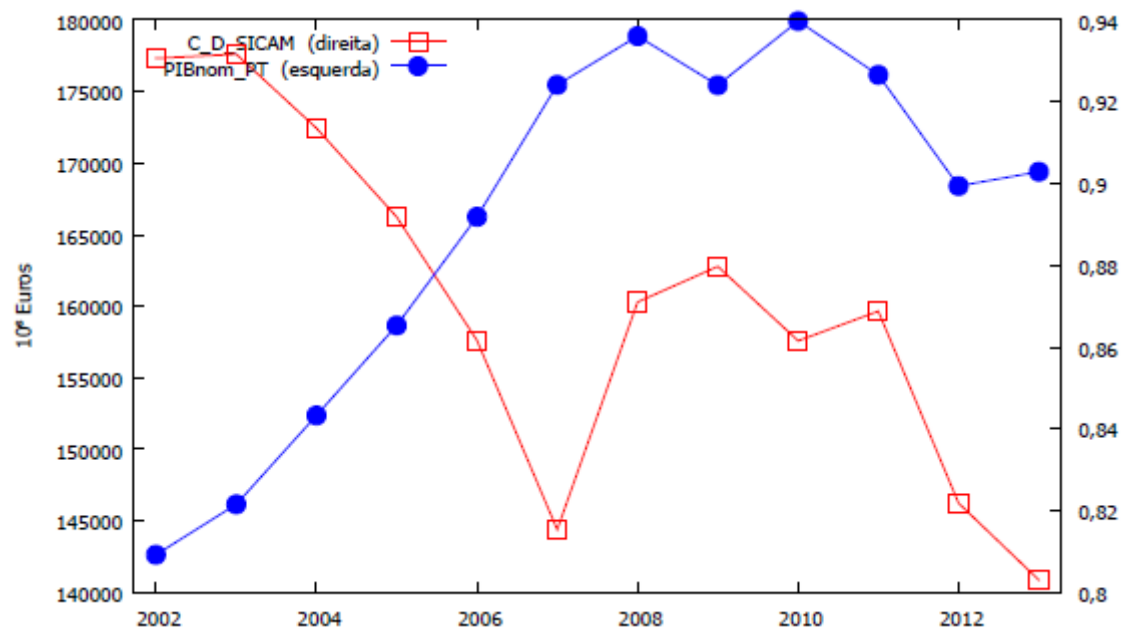
Fonte: Elaboração do autor com auxílio do software Gretl.

Como é possível observar no Quadro 2, apenas a variável PIB nominal apresenta uma baixa dispersão em torno da média dada pelo coeficiente de variação (C.V. <0,15). As restantes apresentam uma dispersão média ($0,3 > \text{C.V.} > 0,15$), à exceção da variável crédito concedido a particulares (C_part), com uma dispersão elevada (C.V. > 0,3). As variáveis com maiores taxas médias de crescimento para o período descrito foram o crédito concedido a particulares e crédito concedido a sociedades não financeiras (C_SNF).

4.4.2. SICAM

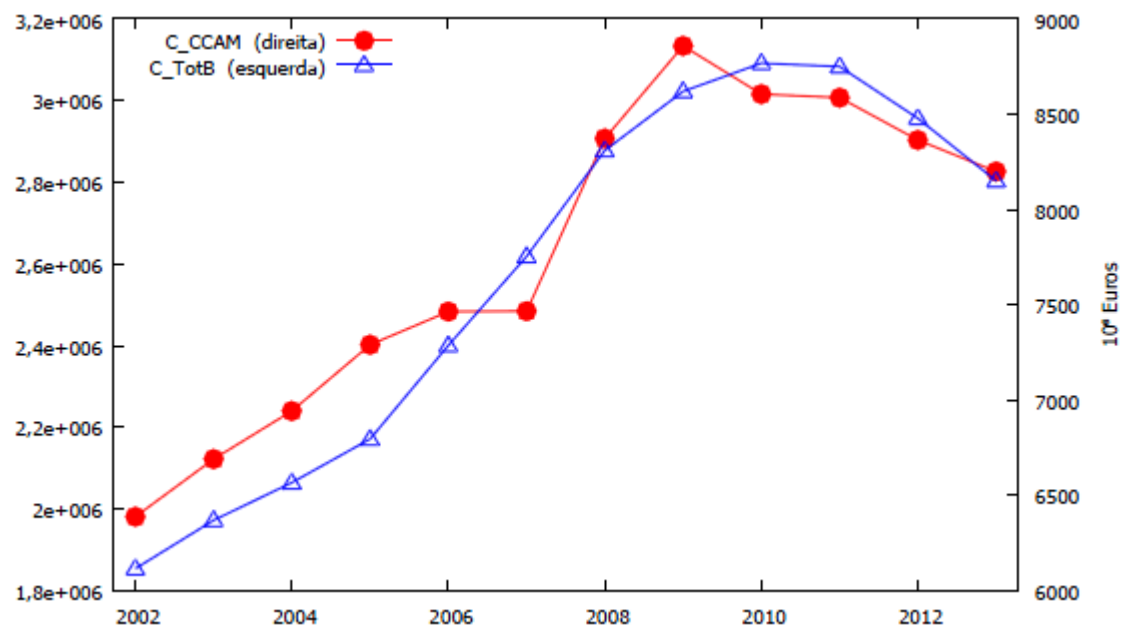
Neste bloco é apresentada a evolução do PIB nominal nacional expresso em milhões de euros e o rácio de transformação para o total das CCAM, incluindo a Caixa Central, constituindo assim o SICAM. Encontra-se também ilustrada a evolução do crédito concedido pelas CCAM e pelo sistema bancário português. Os dados utilizados apenas permitiram construir séries temporais de 2002 até 2013.

Figura 5: Evolução do Rácio de Transformação do SICAM e PIB Nominal



Fonte: Elaboração própria com dados a partir dos Relatórios e Contas CA (SICAM), e do INE (PIB).

Figura 6: Evolução do montante total de Crédito Concedido pelas CCAM e pelo Sistema Bancário Português



Fonte: Elaboração própria com dados a partir dos Relatórios e Contas CA, e do Banco de Portugal.

Como podemos verificar na Figura 5, o montante de crédito concedido a clientes pelas CCAM é inferior aos depósitos e como tal o rácio (C_D_SICAM) é sempre inferior a 1 ao longo do período ilustrado. Até 2007, o decréscimo acentuado do rácio foi motivado pelo aumento dos depósitos, em relação ao aumento do crédito concedido. Com o início da crise, o Banco CA privilegiando a captação de depósitos detinha liquidez suficiente para continuar a emprestar neste período em comparação com a maioria dos bancos portugueses, (Coelho, 2011). Até 2007 o comportamento do PIB nominal nacional (PIBnom_PT) foi crescente, como referido no bloco anterior, comportamento este inverso ao do rácio. Isto pode indicar uma falta de dinâmica por parte das caixas em conceder crédito durante este período de expansão económica.

Como ilustrado na Figura 6, o crédito concedido pelas CCAM diminuiu desde 2009, não conseguindo contrariar os efeitos da crise financeira. A evolução do crédito concedido pelas CCAM foi semelhante à evolução deste montante para o total da banca. Para 2014, o montante de crédito concedido pelas CCAM manter-se-á próximo ao valor do período homólogo fruto da conjuntura e dificuldades nas condições de acesso ao crédito atuais, apesar das melhorias verificadas na saúde do sistema financeiro português.

Quadro 3: Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no Bloco 2, 2002 – 2013

Variável	Média	Desvio Padrão	C.V.	Taxa Média de Cresc. (%)
C_TotB	2,57e+06	4,62e+05	0,18	0,03
C_CCAM	7,76e+03	8,33e+02	0,11	0,02
C_D_SICAM	0,87	0,04	0,05	-0,01
PIBnom_PT	1,65e+05	1,29e+04	0,08	2,59

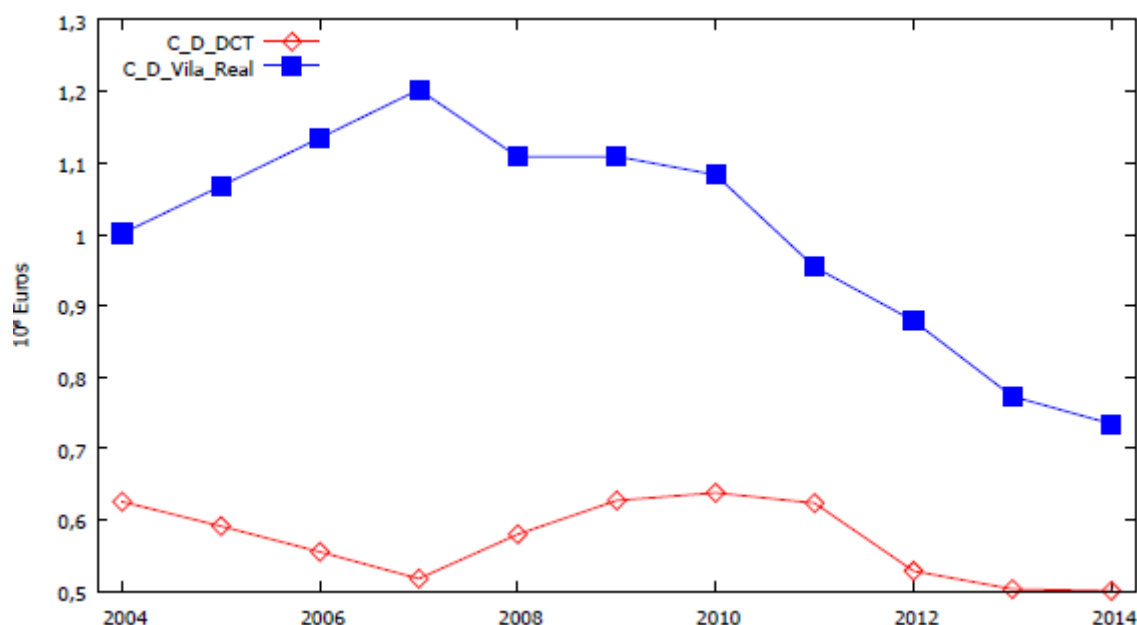
Fonte: Elaboração do autor com auxílio do software Gretl.

As variáveis crédito concedido pelas CCAM, PIB nominal nacional e rácio de transformação do SICAM apresentam uma baixa dispersão em torno da média. Apenas a variável crédito concedido pelo total do sistema bancário apresenta uma dispersão média. As reduzidas taxas médias de crescimento estão relacionadas com o curta janela temporal dos dados registados no Quadro 3.

4.4.3. CCAM DCT

Neste bloco vamos descrever a dinâmica do rácio de transformação da CCAM DCT, comparando-a com a região onde se insere. Esta CCAM pertence à zona Norte de acordo com a distribuição por NUTS II, mais especificamente ao distrito de Vila Real. Vamos analisar também a evolução do rácio de transformação da CCAM DCT e do PIB nominal da zona Norte nacional. Os dados utilizados compreendem o período de 2004 até 2014.

Figura 7: Evolução do Rácio de Transformação da CCAM DCT e Distrito de Vila Real



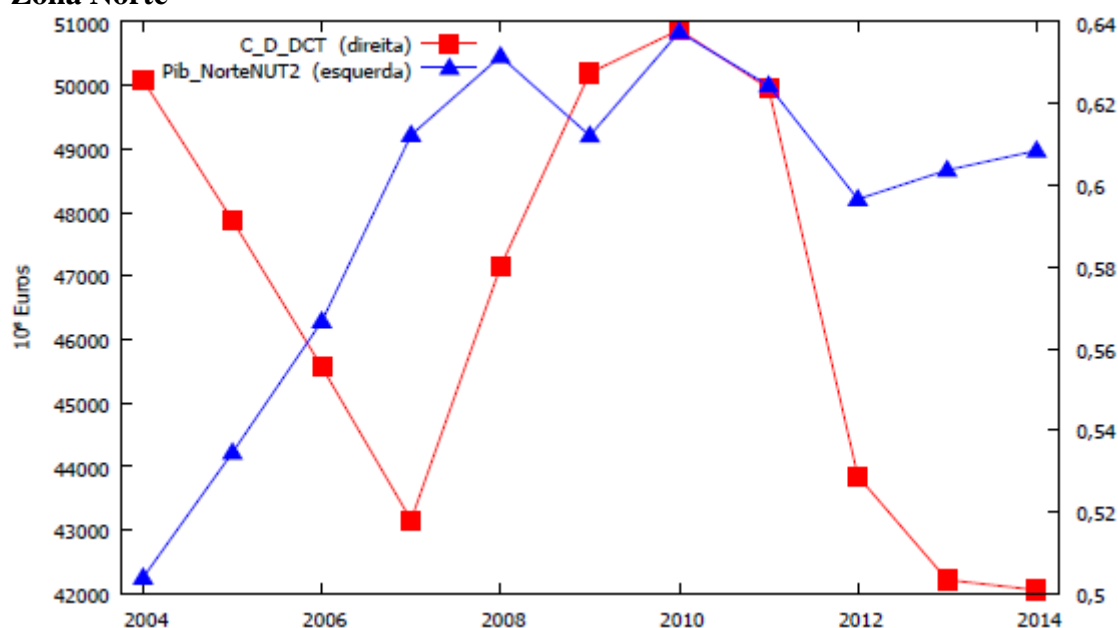
Fonte: Elaboração própria com dados a partir dos Relatórios e Contas CCAM DCT e do BPSTAT.

A comparação do rácio de transformação da CCAM DCT, com o mesmo rácio para o Distrito de Vila Real faz sentido uma vez que todos os balcões desta caixa pertencem ao distrito de Vila Real, e estão presentes em quase todos os seus municípios. Como podemos ver na Figura 7, para o distrito de Vila Real o rácio é superior a 1 até 2010. A diminuição do rácio após este período é motivada principalmente pela diminuição contínua do crédito concedido e um ligeiro aumento dos depósitos captados até 2014.

Para a CCAM DCT o rácio é sempre inferior a 1, à semelhança do que acontece para o total das CCAM e que traduz o elevado peso que a Caixa atribui à captação de

depósitos, que supera claramente o seu montante de crédito concedido. Quanto ao crédito concedido pela CCAM DCT, pouco se alterou não verificando uma diminuição acentuada deste montante durante o período de crise com início em 2009. Ambos os rácios indicam a falta de dinâmica de investimento que existe nesta região aliado ao diminuto tecido empresarial existente.

Figura 8: Evolução do Rácio de Transformação da CCAM DCT e PIB Nominal da Zona Norte



Fonte: Elaboração própria com dados a partir dos Relatórios e Contas CCAM DCT e do INE.

Não foi possível fazer uma comparação entre a evolução do rácio de transformação com o PIB do Distrito de Vila Real, por indisponibilidade de dados quanto ao PIB desagregado por Distrito. Como se pode observar na Figura 8, o rácio até 2007 diminuiu devido a um forte crescimento do montante de depósitos captados pela Caixa, ao contrário do que aconteceu com o PIB que foi sempre crescente até 2008 para a zona Norte. O aumento do rácio entre 2007 e 2010 é explicado pelo aumento do crédito concedido. Após 2010 verificamos uma diminuição do rácio, justificado pela desalavancagem dos clientes da Caixa e um aumento considerável das poupanças captadas.

Quadro 4: Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no Bloco 3, 2004 – 2014

Variável	Média	Desvio Padrão	C.V.	Taxa Média Cresc. (%)
C_D_DCT	0,57	0,05	0,09	-0,02
C_D_VR	1,00	0,15	0,15	-0,02
Pibnom_Norte NUT2	4,80e+04	2,69e+03	0,05	0,01

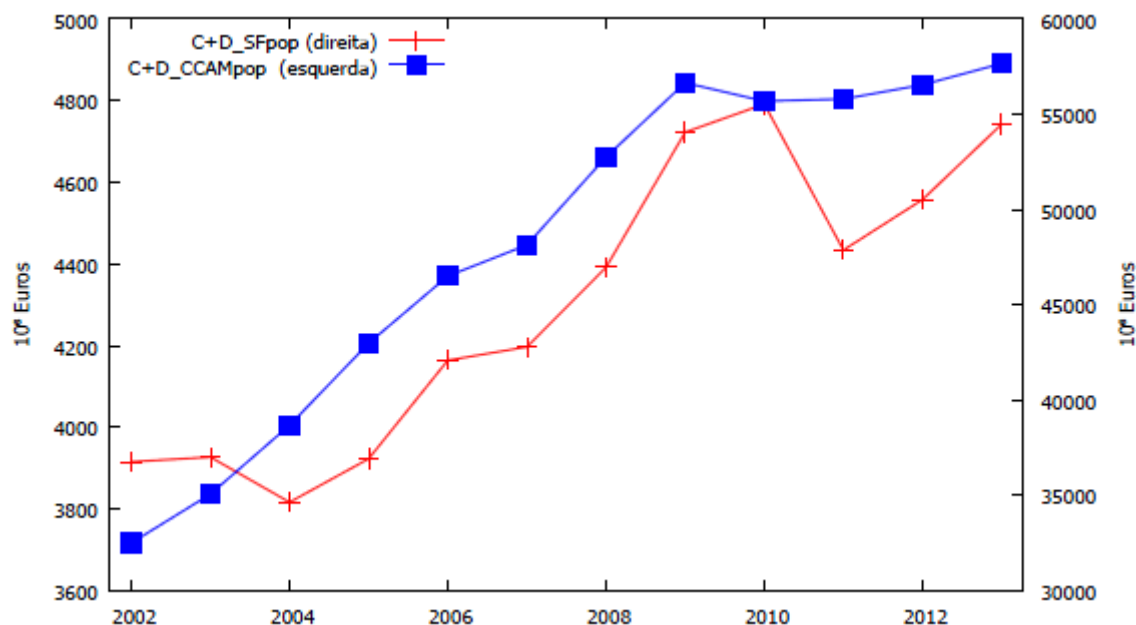
Fonte: Elaboração do autor com auxílio do software Gretl.

As variáveis rácio de transformação da CCAM DCT e PIB nominal da zona Norte apresentam uma baixa dispersão em torno da média registada no Quadro 4. A variável rácio de transformação do distrito de Vila Real apresenta uma dispersão média. As reduzidas taxas médias de crescimento estão relacionadas com o curta janela temporal dos dados, sendo que as variáveis rácio de transformação da Caixa DCT e distrito de Vila Real apresentam valores negativos.

4.4.4. População Empregada

Neste bloco vamos estabelecer a comparação entre dois rácios importantes à compreensão da evolução das principais atividades desenvolvidas pelos bancos nacionais de 2002 a 2013. A variável C+D_SFpop representa a soma do montante de crédito concedido e depósitos captados pelo total do sistema bancário dividido pelo seu número de colaboradores. A variável C+D_CCAMpop expõe a soma do montante de crédito concedido e depósitos captados pelas CCAM, dividido pelo seu número de colaboradores.

Figura 9: Evolução do Rácio da soma Crédito e Depósitos do total da Banca e das CCAM, pelo respetivo número de colaboradores.



Fonte: Elaboração do autor com auxílio do software Gretl.

De acordo com a Figura 9, entre 2002 e 2010, o rácio para o total da banca apresenta uma tendência crescente, justificada pelo aumento do montante de crédito e depósitos, tendo em conta que o número de colaboradores pouco se alterou neste período. Para o ano de 2011, o decréscimo do rácio para o total da banca, deve-se a um aumento acentuado no número de trabalhadores e de uma diminuição do crédito concedido. De 2011 a 2013, o número de colaboradores para o total da banca diminuiu consideravelmente, o que ilustra novamente a tendência crescente do rácio.

Para as CCAM, a soma do total de crédito e depósitos aumentou desde 2002 até 2009 o que coincidiu com o aumento de colaboradores empregados nas CCAM. O início da crise financeira acabou por estagnar as atividades das Caixas, o que culminou com o decréscimo sucessivo do número de colaboradores até 2013. Podemos dizer que os dois rácios tiveram uma evolução similar, sendo que o período de crise ficou marcado pela diminuição acentuada do crédito concedido, ao contrário do que aconteceu com os depósitos captados para o sistema bancário português e para as CCAM.

5. Conclusão

Atualmente, com o Programa de Fundos Europeus e Estruturais Portugal 2020, a aposta na inovação e desenvolvimento do setor agrícola está na ordem do dia. É necessário quer para o Grupo CA, quer para cada uma das Caixas Associadas com evidentes desigualdades motivadas pelo fator geográfico, compreender para onde canalizar os seus esforços futuros de acordo com as suas características. A análise efetuada permite concluir que as CCAM nos últimos anos têm aumentado o peso das suas atividades, o que demonstra o sucesso destas instituições enquanto banco de base regional.

Apesar da sua elevada capacidade de financiamento através de depósitos, estas não foram capazes de evitar a contração do montante de crédito concedido à semelhança do que aconteceu no sistema bancário nacional e que caracterizou o período de crise. Quanto aos depósitos, as CCAM não verificaram perdas significativas durante o período de crise financeira tendo mesmo registado, dentro do período analisado, o valor mais elevado em 2013. O peso elevado que as CCAM atribuem à relação de proximidade e confiança com os seus clientes e associados justifica a não alteração no montante de depósitos captados.

Refletindo sobre o futuro destas instituições e sobre a estratégia assumida de adequação às realidades urbanas, as CCAM têm um novo desafio, num momento em que os diferentes bancos nacionais oferecem soluções competitivas de apoio à agricultura. Esta estratégia deverá ser cautelosa, pois as debilidades reveladas pelas CCAM durante o período de crise quanto à falta de dinâmica na concessão de crédito pode levar a uma perda de consistência nas zonas rurais onde estão inseridas e limitar a sua expansão.

As Caixas só teriam a beneficiar de uma maior aproximação ao novo Programa Operacional de Desenvolvimento Rural (2014-2020), inserido no Portugal 2020, uma vez que os responsáveis deste programa possuem informação privilegiada acerca das zonas rurais onde as CCAM se encontram presentes, sendo que estas poderiam acompanhar e dar continuidade aos projetos aprovados. O conhecimento sólido deste programa onde o investimento será elevado, aliado à familiaridade com as iniciativas de microcrédito de âmbito regional poderá ser a base para sustentar o desenvolvimento futuro das CCAM.

A experiência adquirida e as tarefas desenvolvidas em contexto de trabalho ao longo do estágio curricular permitiram-me compreender o funcionamento interno das CCAM, assim como evidenciar a relação das suas atividades com as características do meio onde estão presentes. Para a sede administrativa da CCAM DCT será desejável no futuro

uma melhoria na articulação interna dos diferentes departamentos e uma reforma quanto à organização do departamento comercial. Esta reforma deverá passar por um aumento dos recursos humanos disponíveis de forma a aumentar a produtividade e favorecer a dinâmica na concessão de crédito, corrigindo eventuais falhas quanto aos objetivos a atingir.

Por inexistência de dados não foi possível efetuar uma análise do impacto do crédito concedido e dos depósitos captados pelas CCAM no desenvolvimento das regiões onde se inserem, comparando-as com o restante sistema bancário. Como já referido anteriormente, a inexistência de dados é motivada pelos processos de fusão ocorridos ao longo dos anos entre Caixas e pelas evidentes disparidades geográficas. Esta análise permitiria propor melhorias quanto à dinâmica da concessão de crédito e recolha de poupança destas instituições, procurando incrementar a sua eficiência e o seu peso no sistema bancário nacional.

No entanto, na minha opinião, apesar das mudanças ocorridas com a crise, estas instituições vão exercer um papel cada vez mais competitivo e cimentar a sua posição junto do sistema bancário português.

Lista de Referências Bibliográficas

- Alexandre, F; Martins. I. G.; Andrade, J. S.; Rabello de Castro, P.; Bação, P. (2009) *A crise financeira internacional*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ANDC: Associação Nacional de Direito ao Crédito <http://www.microcredito.com.pt/> [8 de Junho de 2015].
- Antoniades, A. (2014) “Liquidity Risk and the Credit Crunch of 2007-2008: Evidence from Micro-Level Data on Mortgage Loan Applications”. *Bank for International Settlements, Monetary and Economic Department Working Paper* No. 473.
- APB: Associação Portuguesa de Bancos <http://www.apb.pt/> [15 de Março de 2015]
- Araújo, L. (2002) “António Sérgio: tópicos de um pensamento atual” *Revista da Faculdade de Letras: Filosofia*. Universidade do Minho, pp. 33-40.
- Banco de Portugal (2011) *Relatório de estabilidade financeira*. Lisboa.
- Banco de Portugal (2014) *Relatório de estabilidade financeira*. Lisboa.
- Bonfim, D.; Monteiro, N. (2013) “A implementação do buffer de capital contracíclico: Regras Versus Discricionariedade” *Banco de Portugal-Relatório de Estabilidade Financeira*. Novembro, 93-118.
- Cabo, P. S. (2003). *As fusões no Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo Português*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.
- Caeiro, J. (2008) “Social Economy: Concepts, Reasons and Typology” *Revista Katálysis*. 61-72.
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. <http://www.eurocid.pt/> [12 de Abril de 2015]
- Coelho, M. (2011). *Avaliação dos efeitos da crise financeira nas atividades das caixas de crédito agrícola*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Cornett, M. M.; Mcnutt, J. J.; Strahan, P. E.; Tehranian, H. (2010) “Liquidity Risk Management and Credit Supply in the Financial Crisis” *National Bureau of Economic Research*.
- Costa, C. (2013) *Seminário: “A Economia Social, o Emprego e o Desenvolvimento Local”*. Banco de Portugal.
- Costa, I. (2014) *Análise do cooperativismo de crédito: Um comparativo entre Brasil e Alemanha*. Dissertação de Mestrado, Universidade Grande Rio.
- Crédito Agrícola (2013), *Relatório de Sustentabilidade*. Lisboa.
- Crédito Agrícola (2009), *Relatório e Contas consolidado*. Lisboa.
- Crédito Agrícola (2013), *Relatório e Contas consolidado*. Lisboa.

- DCT (2009), *Relatório e Contas*. Vila Real: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.
- DCT (2014), *Relatório e Contas*. Vila Real: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.
- Duong, P. B. (2013) “Reviewing the Development of Rural Finance in Vietnam” *Journal of Economics and Development*. 121-136.
- FENACAM (2011) *100 Anos do Crédito Agrícola em Portugal 1911-2011*. Lisboa, Crédito Agrícola.
- Gregory, F. U. (2009) “How Will a Credit Crunch Affect Small Business Finance?” *Federal Reserve Bank of San Francisco Economic Letter* No. 2009-09.
- INE (2015) *Principais indicadores económicos*.
- Ivashina, V.; Scharfstein, D. (2008) *Bank Lending During the Financial Crisis of 2008*. Harvard Business School.
- Lagoa, S.; Pina, L. P. (2013) “Size and profitability in cooperative banking”. *Instituto Universitário de Lisboa Working Paper* No. 2013-08.
- Levine, R.; Zervos, S. (1996) “Stock Markets, Banks and Economic Growth” *Policy Research Department, The World Bank*, Washington.
- Liz, J. P. (2010) “A economia social na Europa: uma perspetiva da sociedade civil” *Revista Trimestral Dirigir*, Janeiro, Fevereiro e Março. 9-17.
- Martins, M. M. (2004) A relação entre a Educação e a Filosofia no tomo I dos ensaios. *Imprensa Nacional Casa da Moeda*, Universidade Católica Portuguesa.
- Manolescu, F. M.; Pierote de Oliveira, C. (2012) “A Importância do Terceiro Setor” *Revista Univap*, São Paulo.
- Owusu-antwi, G.; Antwi, J. (2010) “The analysis of the rural credit market in Ghana” *International Business & Economics Research Journal*. 45-56.
- PORDATA <http://www.pordata.pt/> [22 de Maio de 2015].
- Salomon, L.; Anheier, H. K. (1997) *Defining the Nonprofit Sector: A Cross-national Analysis*. Manchester University Press. 29-51.
- Santos, D. (2012) *Do mutualismo ao Mercado, a banca mutualista em Portugal estudo de caso: O Crédito Agrícola Mútuo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- Stiglitz, J. E. (1993) “Incentives, organizational structures, and contrafactual choice in the reform of socialist agriculture”, *The Agricultural Transition in Central and Eastern Europe and the Former U.R.S.S*. The World Bank, Washington.
- Swinnen, J.F.M.; Gow, H. R. (1999) Agricultural credit problems and policies during the transition to a market economy in central and eastern Europe. *Department of Agricultural and Environment Economics*, Katholieke Universiteit Leuven.
- Valencia, F. (2008) “Banks Precautionary Capital and Persistent Credit Crunches”. *International Monetary Fund Working Paper* No. 08/248.

Valério, N. (2007) *História do Sistema Bancário Português – Da formação do Primeiro Banco Português à assunção pelo Banco de Portugal das funções de Banco Central, 1822-1931*. Lisboa, Banco de Portugal.

Vasconcelos, B.; Monteiro, N. G.; Ramos, R. (2012) *História de Portugal*. Lisboa, Esfera dos Livros.

Vieira, C. (2013) *Impacto da Crise no Financiamento das Empresas Portuguesas*. Dissertação de Mestrado em Finanças, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Yaron, J.; Benjamin, M. (1997) “Developing Rural Financial Markets” *Finance & Development*. International Monetary Fund. 40-43.